

VALORIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS: O MÉTODO DE AVALIAÇÃO CONTINGENCIAL APLICADO AO CASO DAS BIBLIOTECAS

Maria Leonor Oliveira

Biblioteca da Câmara Municipal de Serpa
Rua Luís de Almeida e Albuquerque
7830 Serpa
tel: 284544597
E-mail: coelha41@hotmail.com

Manuel Pacheco Coelho

Instituto Superior de Economia e Gestão /
Universidade Técnica de Lisboa
Rua do Quelhas, 6
1200-781 Lisboa
Tel: 213925800
E-mail: coelho@iseg.utl.pt

RESUMO:

A problemática da valorização da cultura justifica um programa de investigação específico nos domínios da Economia da Cultura e das Ciências Documentais, desde logo porque ambos os termos, “cultura” e “valor”, podem assumir várias interpretações, implicando uma análise multidisciplinar.

O valor económico dos bens culturais geralmente não é observável no mercado através de preços que reflectem o seu custo de oportunidade. Esta situação é particularmente evidente no caso das bibliotecas.

Por outro lado, a valorização económica é importante para avaliar os benefícios de uma dada política e permitir aos decisores, através da análise custo/benefício, a escolha entre diferentes políticas públicas.

Como identificar então o valor económico das bibliotecas, tendo em conta que ele “não se resume às receitas e despesas inscritas nos respectivos orçamentos” e que a informação disponibilizada é um factor essencial na formação dos recursos humanos e no desenvolvimento económico?

O valor económico de um recurso pode ser medido a partir das preferências dos indivíduos pela sua utilização e/ou conservação sendo que essas preferências podem resultar da defesa de interesses próprios a contemplar no momento presente ou futuro ou no desejo de providenciar às gerações futuras o acesso aos recursos.

À semelhança do que vem acontecendo na área da valorização dos recursos ambientais, a utilização do chamado Método de Avaliação Contingencial (MAC) pode apresentar imensas potencialidades de aplicação ao caso das bibliotecas.

O MAC é utilizado para obter estimativas do valor económico de um recurso sempre que existem distorções no mercado. No caso das bibliotecas, encontramos-nos perante bens culturais com características de bens públicos: não-exclusão e não-rivalidade no consumo, podendo os indivíduos actuar como “free-riders” e obter os serviços a preço nulo.

A metodologia de Avaliação Contingencial consiste em simular um mercado hipotético para o recurso em avaliação, contemplando diferentes níveis de provisão, e inquirir directamente os indivíduos sobre a sua disponibilidade em pagar por esse serviço (willingness to pay) e/ou disponibilidade em aceitar uma compensação pela potencial perda do mesmo (willingness to accept).

O objectivo desta comunicação passa pela discussão das potencialidades de aplicação desta metodologia ao caso das bibliotecas, apresentação das fases do método e discussão das limitações que resultam da sua aplicação, em particular os diferentes enviesamentos que reduzem a fiabilidade das estimativas.

PALAVRAS-CHAVE: bibliotecas, valorização económica, Método de Avaliação Contingencial.

INTRODUÇÃO

O valor económico dos bens culturais geralmente não é observável no mercado através de preços que reflectem o seu custo de oportunidade. Esta situação é particularmente evidente no caso das bibliotecas: encontramos perante bens culturais com características de bens públicos (não-exclusão e não-rivalidade no consumo) podendo os indivíduos actuar como “free-riders” e obter os serviços a preço nulo.

Contudo, a valorização económica é, no tempo corrente, essencial para avaliar os benefícios de uma dada política e permitir aos decisores a escolha entre diferentes políticas públicas, através da análise custo/benefício.

Como identificar então o valor económico das bibliotecas, tendo em conta que ele “não se resume às receitas e despesas inscritas nos respectivos orçamentos” e que a informação disponibilizada é um factor essencial na formação dos recursos humanos e no desenvolvimento económico?

A nossa proposta passa pela adaptação de uma metodologia de valorização já utilizada nos domínios da Economia dos Recursos Naturais e Ambiente, a designada metodologia de Avaliação Contingente, ao caso das bibliotecas.

O Método de Avaliação Contingencial (MAC) é utilizado para obter estimativas do valor económico de um recurso sempre que existem distorções no mercado. A metodologia de Avaliação Contingencial consiste em simular um mercado hipotético para o recurso em avaliação, contemplando diferentes níveis de provisão, e inquirir directamente os indivíduos sobre a sua disponibilidade em pagar por esse serviço (willingness to pay) e/ou disponibilidade em aceitar uma compensação pela potencial perda do mesmo (willingness to accept).

Esta comunicação tem por objectivo discutir as potencialidades de aplicação desta metodologia ao caso das bibliotecas.

Assim, a nossa investigação:

- Parte da discussão dos conceitos de valor e cultura para elaborar sobre a necessidade de valorização dos bens culturais e dificuldades que lhe estão associadas,
- Adapta a conceptualização e a postura metodológica da Economia Ambiental para identificar as componentes de base do valor das bibliotecas,
- Apresenta as fases do método e discute as questões metodológicas sugeridas pelos diversos procedimentos a desenvolver,
- Identifica as limitações que podem resultar da aplicação do MAC, em particular os diferentes enviesamentos que reduzem a fiabilidade das estimativas,

- Incentiva o seu uso, sugerindo alguns cuidados na utilização da metodologia.

VALOR ECONÓMICO DOS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS

Sobre o Conceito de “Valor da Cultura”

A problemática da valorização da cultura justifica um programa de investigação específico nos domínios da Economia da Cultura e das Ciências Documentais, desde logo porque ambos os termos, “cultura” e “valor”, podem assumir várias interpretações, implicando uma análise multidisciplinar.

O termo “valor da cultura” tem vários significados e, segundo Klammer, permite, pelo menos, quatro linhas de investigação:

Primeiro, valor pode referir-se a “valor económico” e cultura a “alta cultura/artes”. Nesta interpretação somos levados a um programa de investigação na área da Economia das Artes com tópicos como o do retorno dos investimentos culturais, elasticidade da procura por bens culturais, impacto dos subsídios dos Governos sobre o desenvolvimento das artes, etc.

Segundo, valor pode referir-se a valor num sentido social/cultural. Identificando cultura com artes, num sentido lato, a investigação passa a ter como objecto de estudo os outros valores que as artes podem ter para lá do valor económico: valores sociais, estéticos, espirituais, sagrados. Esta linha de investigação leva-nos a inquirir sobre o fenómeno do valor e suas diferentes manifestações, impondo um certo sentido etnocêntrico, nomeadamente, estudando como os artistas, directores de museus e bibliotecas e demais actores da vida cultural percebem os seus valores e são guiados por eles nas suas acções, bem como o estudo da relação entre os diferentes tipos de valores.

Terceiro, cultura pode ser entendido no seu sentido antropológico e refere-se aos valores, histórias e aspirações que distinguem grupos humanos identificados. O valor económico da cultura deveria então ser entendido como a contribuição desses valores para a Economia. O exemplo de Weber sobre a importância do Calvinismo no desenvolvimento do capitalismo é do conhecimento geral. Uma questão subsidiária é a de saber como as artes afectam e se relacionam com a cultura e seus efeitos na economia: a importância económica da cultura enquanto elemento de enquadramento das relações económicas originou uma linha de investigação muito frutuosa na área da Gestão das Organizações.

Finalmente, a mais generosa interpretação de valor e cultura pode acarretar mais umas linhas de investigação às já referidas. Cultura pode significar artes e cultura no sentido

antropológico de conjunto de ideias e valores comuns de um grupo, e valor ter um duplo sentido de valor económico e valor social/cultural. Esta linha de investigação pode desviar-nos da Economia mais convencional. Em vez de aplicar os instrumentos económicos ao caso da Cultura, o investigador procura pistas nas especificidades do mundo da cultura para desenvolver uma perspectiva diferente sobre os fenómenos económicos. Em particular, as motivações intrínsecas que parecem estar na base da criatividade e da acção cultural de uma forma geral podem trazer um valor acrescentado à tradicional visão económica da racionalidade do homem *economicus*.

Sobre a Necessidade de Valorização dos Serviços e Bens Culturais e Dificuldades Associadas

No que às políticas públicas diz respeito, a problemática da valorização tem ganho contornos de especial relevância. Tradicionalmente, a Política Cultural foi, de certa forma, enquadrada numa perspectiva paternalista da acção do Estado. A ideia de uma “musa subsidiada” é constante na chamada Economia da Cultura. Mas os tempos modernos têm vindo impor uma nova perspectiva. Os recursos públicos são escassos e a necessidade da escolha fundamentada entre diferentes alternativas de acção dos poderes públicos é, agora, essencial. Nesta medida, a valorização económica é importante para avaliar os benefícios de uma dada política e permitir aos decisores públicos, através da análise custo/benefício, a escolha entre diferentes políticas.

A investigação que desenvolvemos é, deste modo, relevante. Desde logo porque vem reencontrar uma questão seminal da Ciência Económica que sempre motivou discussões interessantíssimas: O que é o valor? Como se mede o valor de um bem ou serviço?

A problemática do valor esteve na base de diferentes paradigmas, desde as teorias clássicas do valor trabalho até à visão *mainstream* do paradigma actual da análise marginalista. Esta entende o valor como um valor de uso: o valor de um bem ou serviço corresponde à satisfação/utilidade que o indivíduo retira do seu consumo. Neste sentido, o valor é variável de indivíduo para indivíduo e, por isso, subjectivo. Mais, o valor é, ele próprio, variável, não apenas entre os consumidores, mas também para cada indivíduo, já que os acréscimos na sua satisfação/utilidade vão diminuindo à medida que o consumidor vai consumindo unidades adicionais do bem ou serviço (utilidade marginal decrescente).

Nestas condições, o valor só se objectiva no mercado, no momento da troca entre vendedor e utilizador, sendo identificado com o preço. Quer

isto dizer que a existência de mercados com funcionamento adequado é essencial para o processo de valorização.

Como identificar então o valor económico das bibliotecas, tendo em conta que ele “não se resume às receitas e despesas inscritas nos respectivos orçamentos” e que a informação disponibilizada é um factor essencial na formação dos recursos humanos e no desenvolvimento económico?

Não se trata de um problema de fácil resolução. Desde logo porque o valor económico dos bens culturais geralmente não é observável no mercado através de preços que reflectem o seu custo de oportunidade. Esta situação é particularmente evidente no caso das bibliotecas.

A questão central está no facto de, para a maioria dos bens e serviços culturais, não existirem mercados claramente definidos ou, como é corrente, estes existirem mas com distorções de funcionamento. A presença de externalidades no processo de produção/consumo destes bens dão origem a falhas de mercado que implicam uma afectação ineficiente dos recursos.

No caso das bibliotecas, encontramos-nos perante bens culturais com características de bens públicos: não-exclusão (nenhum utilizador pode impedir outrem de usar, também, os serviços da biblioteca) e não-rivalidade no consumo (a utilização dos serviços por parte de um consumidor não diminui, pelo menos de forma acentuada, a quantidade disponível para consumo do bem por parte de outros consumidores) podendo os indivíduos actuar como “free-riders” (algo próximo da noção comum de “borlistas”) e obter os serviços a preço nulo. A presença de externalidades positivas é, neste caso, evidente, na medida em que o consumidor não paga pela utilização do serviço um preço equivalente ao seu benefício marginal.

Como ultrapassar esta dificuldade?

As Componentes de Base do Valor

A problemática da valorização (e das metodologias que lhe estão associadas) tem proporcionado desenvolvimentos muito interessantes ao nível da chamada Economia dos Recursos Naturais e Ambiente (ERNA). A nossa proposta passa pela adaptação da conceptualização e da abordagem metodológica da ERNA ao caso das bibliotecas:

O valor económico de um bem ou serviço cultural com provisão em bibliotecas ou arquivos tem duas componentes de base, valor de uso e valor de não uso, associadas à utilização e conservação do bem/serviço, respectivamente. O valor de uso (VU) expressa

o nível de bem estar ou utilidade que o indivíduo retira da utilização actual do bem. O valor de não uso (VNU) expressa o bem estar que o indivíduo retira do bem, fruto da sua não-utilização actual e efectiva, i.e., da sua conservação.

O VNU pode ainda ser subdividido em valor de opção (VO) e valor de existência (VE) / valor de legado (VL). O valor de opção reflecte o valor que o indivíduo está disposto a pagar pela conservação do recurso no presente para ter a opção de uso no futuro ou, pelo menos, para assegurar a preservação até ao momento em que se possa tomar uma decisão mais informada sobre a conservação ou uso do recurso (valor de quase opção). O valor de existência/valor de legado corresponde à valorização do bem ou serviço pelos indivíduos que deriva de uma posição moral, cultural, ética, em relação aos “direitos”/necessidade de existência de bibliotecas e traduz a disponibilidade para pagar pela preservação da informação para que as gerações futuras possam usufruir deste recurso.

Valor económico total	Valor de uso	
	Valor de não uso	Valor de opção Valor de existência/ /Valor de legado

MÉTODO DE AVALIAÇÃO CONTINGENCIAL

Há várias tipologias estabelecidas sobre métodos de valorização que compreendem aproximações de tipo directo/indirecto; métodos baseados sobre preços de mercado observados, sobre preferências reveladas e sobre preferências explícitas; metodologias de avaliação objectiva/subjectiva. As tipologias diferem entre autores e diferem com os objectivos da classificação. Não pretendemos fazer aqui essa distinção.

O chamado Método de Avaliação Contingencial (MAC) insere-se nas designadas *metodologias de avaliação subjectiva* (que pretendem medir o valor dos recursos a partir das preferências dos agentes pela sua utilização ou conservação). Mais especificamente, insere-se no conjunto dos *métodos de preferências expressas* (em que se procuram descobrir as preferências através de experiências ou questionários).

Objectivos e Enquadramento Teórico

O MAC é uma metodologia utilizada para obter estimativas do valor económico de um bem, sempre que não existe um mercado real para o bem/serviço e não existem mercados substitutos, ou, existindo, são mercados com distorções e de dimensão exígua.

É uma metodologia dotada de grande flexibilidade e que permite avaliar o valor de não uso, sendo estas a suas principais vantagens face a outras alternativas metodológicas.

Simula um mercado hipotético para o recurso, com características o mais próximo possível de um mercado real e questiona explicitamente os indivíduos acerca do valor que atribuem aos recursos por forma a determinar sua disponibilidade em pagar (“*willingness to pay*”-DEP) e/ou a sua disponibilidade em aceitar (“*willingness to accept*” – DEA), por alguma variação na provisão do bem/serviço.

Em termos teóricos, a sua base de determinação e valorização encontra-se na medição das variações do excedente do consumidor, definido como a área limitada pela curva da procura e acima do preço, ou seja, a diferença entre o que o máximo que o consumidor está disponível para pagar por cada unidade e aquilo que de facto paga (tendo em conta que todas as unidades são pagas ao preço da unidade marginal).

A abordagem Hicksiana avalia a variação do bem-estar como o ajustamento de rendimento monetário necessário para manter um nível de utilidade constante antes e após a alteração na provisão do bem. Desta forma, somos conduzidos a duas medidas de bem-estar: variação compensatória (VC) e variação equivalente (VE). Estas, podem ser descritas da forma seguinte:

No caso de a nova situação de provisão do bem público originar um decréscimo de utilidade:

VC – Quantia monetária mínima que o indivíduo está disposto a aceitar (DEA) para o compensar pela perda de bem estar provocada pela redução na provisão do bem,

VE – Quantia monetária máxima que o indivíduo está disposto a pagar (DEP), antes da redução na provisão do bem, a fim de evitar a ocorrência da mesma.

Pelo contrário, se gerar um acréscimo de utilidade:

VC – Quantia monetária máxima que o indivíduo está disposto a pagar (DEP) para assegurar que o aumento na provisão do bem ocorrerá,

VE - Quantia monetária mínima que o indivíduo está disposto a aceitar (DEA) para o compensar pela não ocorrência do aumento na provisão do bem.

Estas variações de bem estar podem representar-se, graficamente, a partir de duas curvas de indiferença para dois níveis de utilidade, inicial e final, entre o bem /serviço cultural (abscissas) e todos os outros bens agrupados num bem composto (ordenadas).

Definição do Mercado e Questionário

O MAC desenvolve-se em três fases:

- Definição do mercado e questionário
- Estimação do valor económico
- Avaliação dos resultados

Delimitação do Objecto de Estudo e Questionário

Esta é a fase (crucial) do método em que se define o mercado hipotético a criar para o bem/serviço cultural para o qual o indivíduo vai ser solicitado a manifestar as suas preferências.

É essencial que este mercado esteja bem caracterizado e delimitado pois o utilizador dos serviços da biblioteca estará mais apto a atribuir um valor ao serviço cultural prestado quanto mais e melhor informação possuir para avaliar em que medida os serviços contribuem para o seu bem estar actual e como a variação da sua provisão pode alterar o seu nível de bem estar.

A elaboração de um cenário credível de alteração da provisão do bem público deve depois ser acompanhada pela elaboração de um questionário que permita esclarecer as preferências dos consumidores pelos serviços culturais e que nos permita estabelecer uma curva de procura que relaciona quantidades e preços dos serviços culturais.

Neste sentido, há uma série de elementos que o inquérito deve especificar com clareza para facilitar a revelação do valor:

- definição do bem/serviço cultural,
- provisão inicial do recurso a valorizar,
- quantificação (quantidade, qualidade) da alteração na provisão do recurso e identificação das causas de alteração,
- existência ou não de bens e serviços substitutos e complementares,
- efeitos de irreversibilidade que a não alteração da provisão poderá originar,
- explicação da racionalidade do pagamento/recebimento; veículo de pagamento/recebimento (preço de determinado bem, imposto); periodicidade do pagamento e horizonte temporal da acção,
- definição da população abrangida na provisão do bem e do mecanismo de despesa /compensação,
- rendimento do inquirido ou do agregado familiar.

O questionário deve ser efectuado a uma amostra representativa da população relevante.

Normalmente é efectuado através de entrevistas pessoais, inquéritos por correio e entrevistas telefónicas.

Medida de Valorização e Técnicas de Licitação para Obtenção da DEP/DEA

A escolha da forma de valorização (DEP ou DEA) deve ser criteriosa por forma a garantir a

racionalidade das respostas. Habitualmente é a DEP. Estudos efectuados mostram esta medida como mais conservadora e os responsáveis da NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration, EUA) aconselham a sua utilização.

As técnicas de licitação para obtenção da DEP/DEA podem ser as mais variadas e incluem jogos de leilão, cartões de pagamento, questões de escolha dicotómica (take it or leave it).

Nos jogos de leilão pode começar-se com perguntas de resposta aberta, em que se pergunta ao entrevistado quanto está disposto a pagar para garantir a provisão dos serviços da biblioteca (ou a receber para o compensar pela sua perda), do tipo:

“ Qual o montante máximo que está disposto a pagar para evitar o encerramento da biblioteca?”; “Qual o montante máximo que está disposto a pagar para ter a possibilidade de aceder aos serviços da biblioteca num novo horário alargado, com novas instalações e serviços e um acervo documental ampliado?”; ou, no caso de compensação, “Qual o montante mínimo que está disposto a receber para ser compensado pelo encerramento da biblioteca?”. O leilão pode, depois, assumir a forma dos chamados *interactive bidding games* em que é sugerido um lance inicial que vai subindo (descendo) até que o entrevistado não esteja mais disposto a aceitar.

Usual é, igualmente, a utilização de cartões de pagamento: o inquirido escolhe entre um conjunto de valores que lhe são apresentados.

Na escolha dicotómica começa-se por questionar o inquirido se está disposto a pagar um determinado valor para garantir a provisão do serviço cultural (ou a receber uma dada compensação, no caso inverso) e utiliza-se uma sequência de questões (de resposta alternativa, Sim/Não) para limitar o verdadeiro valor que o indivíduo está disposto a pagar /receber. É uma técnica muito utilizada pois as respostas fechadas minimizam o enviesamento resultante do carácter hipotético do cenário proposto e aproximam os utilizadores de uma transacção no mercado real.

Acima de tudo trata-se de uma questão de bom senso e de capacidade para adaptar o questionário/entrevista de forma a retirar do potencial utilizador do serviço respostas coerentes e, se possível, quantificadas em relação aos preços do serviço.

Esta fase é obviamente central em todo o processo de valorização. As grandes questões metodológicas que se colocam a estes processos têm muito a ver com a forma como se define o

problema e estabelece o inquérito, e a influência que estes procedimentos podem introduzir nas estimativas calculadas. Um inquérito mal formulado ou um conjunto de entrevistas mal acompanhadas pelos inquiridores podem conduzir a enviesamentos vários que trataremos adiante.

Estimação do Valor Económico

Determinação da DEP/DEA Média e da Mediana

A segunda fase é eminentemente técnica e passa pela estimação do valor económico.

Parte da determinação da DEP/DEA média e da mediana: com base nos valores obtidos através do questionário calcula-se a média e a mediana. Alguns procedimentos devem ser levados em conta, nomeadamente, a exclusão de “lances de protesto”, i.e., valores que visivelmente são excessivos/disparatados face ao contexto geral e que podem corresponder a atitudes particulares dos entrevistados (de desinteresse, de não entendimento do que está em causa, de posicionamento estratégico face a eventuais situações de alteração da provisão do bem). Aliás, se o número destes lances de protesto, ou de respostas nulas, for muito elevado, é mesmo de questionar a aplicabilidade do método.

Estimação da Curva de DEP/DEA

O método poderá ser mais enriquecido se o investigador se propuser estimar econometricamente um modelo simples para investigar/explicar as determinantes das respostas DEP/DEA.

O modelo a estimar pode ter a forma seguinte:

$$DEP_i = f(C_i, Y_i, S_i, I_i, Qs_i, X_i)$$

Onde :

i – indivíduo

C_i – conhecimento, contacto com a situação

Y_i – rendimento

S_i – características sociais (educação, etc)

I_i – idade

Qs_i – parâmetro de qualidade do serviço cultural

X_i - outras variáveis explicativas

Agregação dos Resultados

Finalmente, a agregação dos resultados para o universo da população pode ser efectuada: multiplicando a média da DEP/DEA pelo número de indivíduos da população afectados; ou ajustando a curva de DEP/DEA com base em dados reais das variáveis independentes, re-estimando o valor médio e multiplicando pela população afectada.

Avaliação dos Resultados

A fase de avaliação dos resultados é fundamental no processo de valorização. Trata-se, no essencial, de discutir os procedimentos

metodológicos utilizados e ter uma perspectiva crítica sobre todo o processo e seus eventuais efeitos na validade das estimativas encontradas.

A reflexão a desenvolver deve abordar as temáticas seguintes:

- Fidedignidade dos resultados: consiste em analisar a variabilidade das respostas e inquirir em que medida é que pode estar associada a qualquer processo estatístico. Tem em atenção o grau, segundo o qual a variabilidade é atribuída a erro ocasional: quanto maior for o grau de não ocasionalidade, menor a fidedignidade do estudo. Uma dimensão adequada da amostra e a qualidade do questionário são factores de fidedignidade dos resultados.
- Validade dos resultados quer ao nível do conteúdo (verificar se as perguntas certas foram formuladas da maneira apropriada), do critério (comparar com os “verdadeiros” valores, se a eles for possível uma outra aproximação) e de construção (quer em termos teóricos, quer em termos de convergência, nomeadamente através da comparação com as medidas resultantes da aplicação de outras metodologias tais como a dos *custos de viagem* ou dos *preços hedónicos*).
- A avaliação dos resultados deve permitir identificar a ocorrência de potenciais enviesamentos geralmente apontados como uma das limitações mais significativas do MAC.

Enviesamentos

Os enviesamentos têm um impacto significativo na qualidade das estimativas encontradas e podem ter várias origens. Os mais comuns são os seguintes:

- Enviesamento estratégico: Efeito da percepção de obrigação de pagamento por parte do inquirido e da sua expectativa acerca da provisão do bem. Este é o problema que mais preocupa os economistas. Quando os indivíduos julgam que têm mesmo de pagar os valores declarados de DEP, há a tentação de não revelar totalmente as suas preferências na esperança de algo grátis. Se o preço cobrado por um bem não está condicionado pela resposta do indivíduo, mas a provisão está, pode dar-se um relato excessivo para assegurar a provisão. Este comportamento estratégico dos inquiridos distorce as preferências e envia as estimativas.
- Enviesamento hipotético: A natureza hipotética do mercado pode conduzir a valores que não reflectem as verdadeiras preferências dos utilizadores dos serviços.

- Enviesamento da informação: A qualidade da informação contida em cenários de mercados hipotéticos pode influenciar a resposta do inquirido.
- Enviesamento do entrevistador e do inquirido: A forma como o entrevistador se comporta e conduz a entrevista pode afectar as respostas dos inquiridos; os inquiridos, por sua vez, podem tentar adivinhar a resposta “correcta” ou não dão às questões a devida importância, afectando igualmente a validade das respostas.
- Enviesamento do veículo de pagamento: Fruto da não indiferença dos indivíduos ao meio de pagamento. Por exemplo, não é indiferente para os inquiridos que os valores a pagar sejam sob a forma de uma taxa mensal ou um imposto anual; é natural que no momento da entrevista haja um posicionamento estratégico face a diferentes modos de pagamento/recebimento.
- Enviesamento de conjunto: Problemas na agregação das respostas.
- Enviesamento de enquadramento: Os inquiridos podem interpretar as ofertas hipotéticas de um bem ou serviço como a indicação de uma oferta de um conjunto mais amplo de bens e serviços similares.

Recomendações da NOAA

No sentido de ultrapassar algumas destas dificuldades o investigador poderá levar em conta as recomendações da NOAA (U.S. National Oceanic and Atmospheric Administration). Nesta importante Organização de gestão ambiental dos EUA têm sido elaborados uma série de estudos muito cotados sobre a aplicabilidade do MAC. O painel de cientistas reconhece a validade do MAC como método único capaz de captar valores de existência mas recomenda, entre outras:

- Que a definição da amostra deve obedecer a certos procedimentos estatísticos padrão para garantir a sua representatividade e que o processo deve minimizar a ausência de respostas. Para o efeito, poderá ser necessário usar entrevistas pessoais e formar o entrevistador para garantir a sua neutralidade.
- Que os resultados devem ser apresentados com explicitação completa do desenho da amostra, questionário, método de estimação e base de dados.
- Que o questionário deve oferecer informação adequada sobre o que se está medindo e identificar com clareza a alteração de disponibilidade do recurso. Se possível, verificar se as informações do questionário são aceites como verdadeiras

pelos entrevistados e avaliar os impactos emocionais que possam enviesar respostas.

- Que o investigador deve ser conservador adoptando opções que subestimem a medida monetária a determinar (usar a DEP).
- Que os entrevistados devem ser lembrados da sua restrição orçamental, ou seja, que a sua DEP resulta em menor consumo de outros bens.
- Que o veículo de pagamento deve ser realista e apropriado às condições económicas e culturais da amostra.
- Que se tenha um especial cuidado no processo de agregação de modo a considerar a população relevante.

NOTAS CONCLUSIVAS

Concluindo, o MAC apresenta boas perspectivas de utilização no caso das bibliotecas com vista à valorização.

Como potencialidades do Método assinale-se que permite estimar o valor económico total (valor de uso e valor de não uso) de um bem cultural e permite obter estimativas do valor económico quando as outras abordagens não são exequíveis, nomeadamente em situações de inexistência, distorção ou exiguidade de mercados reais, como parece ser o caso.

É certo que o MAC não está isento de limitações. Entre elas podemos encontrar o facto de se tratar de um mercado hipotético em que os resultados ficam bastante dependentes da forma como as questões são colocadas e da qualidade de informação integrada no cenário proposto pelo inquirido. Por outro lado, pode conduzir a elevado número de “não-respostas” (já que os indivíduos podem não estar habituados a fazer avaliações da sua disponibilidade para pagar/receber) e pode originar múltiplos enviesamentos, como vimos. Acrescente-se ainda que, por vezes, o processo torna-se dispendioso, em tempo, e meios financeiros.

Contudo, realizado com os cuidados recomendados e avaliados os seus resultados numa perspectiva crítica, pode ser um interessante instrumento de valorização dos bens e serviços oferecidos pelas bibliotecas e um importante elemento de decisão de política cultural. Neste sentido, e tendo em conta que os bibliotecários (até pela proximidade e conhecimento dos leitores) podem ser um veículo importante de realização de estudos com utilização da metodologia de Avaliação Contingente, só nos resta esperar que esta nossa tentativa de abordagem da metodologia incentive a sua utilização.

BIBLIOGRAFIA

ARROW, K. et al. (1993), "Report of the NOAA panel on contingent valuations", US Federal Register, Vol. 58, Nº 10, pp.4602-4614.

BAUMOL, W. e BOWEN, W. (1966), Performing Arts: The Economic Dilemma, Twentieth Century Fund, New York.

CAETANO, G., APOLINÁRIO, I. e CAMPOS, P. (2003), Valorização Económica de Bens Ambientais - Método de Avaliação Contingencial, Trabalho de Economia dos Recursos Naturais e Ambiente, Mestrado em Economia e Política da Energia e do Ambiente, ISEG/UTL, mimeo.

CARSON, R., FLORES, N., MARTIN, K. e WRIGHT, J. (1996), Contingent Valuation and Revealed Preference Methodologies: comparing the estimates for quasi-public goods", Land Economics, Vol. 72, pp. 80-99.

CUCCIA, T. (2003), "Contingent Valuation", in TOWSE, R. (ed), A Handbook of Cultural Economics, Ch14, pp. 119-131.

FAUCHEUX, S. e NOEL, J. (1995), Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente, Instituto Piaget.

FIGUEIRA, D. (1994), Método de Avaliação Contingencial. Aplicação à Qualidade da Água de uma Rede de Abastecimento Público: O caso da vila de Sardeal, Tese de Mestrado, ISEG/UTL.

FREY, B. (1997), "Evaluating Cultural Property: The Economic Approach", International Journal of Cultural Property, 6, pp. 231-246.

HANEMANN, W. (1991), "Willingness to Pay and Willingness to Accept: How much can they differ?", American Economic Review, Vol.81, nº3, pp. 633-647.

HANEMANN, W. (1989), "Welfare Evaluations in Contingent Valuation: Experiments with Discrete Responses", American Journal of Agricultural Economics, 66(3), pp. 332-341.

JAKOBSSON, K. e DRAGUN, A. (1996), Contingent Valuation and Endangered Species: Methodological Issues and Applications, Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham.

KLAMER, A. (2003), "Value of culture", in TOWSE, R. (ed), A Handbook of Cultural Economics, Ch 59, pp. 465-469.

PEARCE, D. e TURNER, R. (1990), Economics of Natural Resources and the Environment, Harvester Wheatsheaf.

PEARCE, D. e MORAN, D. (1994), O Valor Económico da Biodiversidade, Instituto Piaget.

SANTAGATA, W. e SIGNORELLO, G. (2000), "Contingent Valuation and Cultural Policy: The case of Napoli Musei Aperti", Journal of Cultural Economics, 24, pp.181-204.

SANTOS, R., MARTINHO, S. e ANTUNES, P. (2001), Avaliação Económica dos Impactos Ambientais do Sector Eléctrico, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, FCT/UNL.

SILVA, A. e RIBEIRO, F. (2002), Das "ciências" documentais à ciência da informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular, Edições Afrontamento, Porto.

SILVA, A., RIBEIRO, F., RAMOS, J. e REAL, M. (1998), Arquivística - Teoria e Prática de uma Ciência da Informação, Volume 1, Edições Afrontamento, Porto.

TIETENBERG, T. (2003), Environmental and Natural Resource Economics, sixth edition, Addison Wesley Longman, Inc.

TOWSE, R. (ed) (2003), A Handbook of Cultural Economics, Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham.

VENTURA, J. (2002), Bibliotecas e Esfera Pública, Celta Editora, Oeiras.

ZIMMER, A. e TOEPLER, S. (1999), "The Subsidized Muse: Government and the Arts in Western Europe and the United States", Journal of Cultural Economics, 23, pp.33-49.